

ESTRUTURAÇÃO DE PÓLO DE PRODUÇÃO FAMILIAR DE FRUTAS DE MESA NO SUDOESTE PAULISTA

José Sidnei Gonçalves¹
Sueli Alves Moreira Souza²

1 - CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DO SUDOESTE PAULISTA

A região sudoeste paulista ficou fora do processo de transformação econômica representado pelo ciclo cafeeiro. Nela, não eram encontrados o clima e o solo compatíveis com uma cultura exigente em solos férteis e que sofria pesada influência das geadas no inverno. No início do século XX, o desenvolvimento regional ficou por conta das rotas de tropeiros, que cortavam a região sentido sul-norte. Foi incapaz de gerar outra alternativa econômica para criação de renda e emprego, a não ser filiar-se de maneira subsidiária ao processo de desenvolvimento da economia paulista no primeiro quartel desse século.

Esse fato histórico produz efeitos inextinguíveis na dinâmica regional, pois, estando fora do movimento central do processo de transformação e tendo sido incorporado a ele como zona periférica, o sudoeste paulista não recebeu investimentos que forjassem uma infra-estrutura de sustentação ao desenvolvimento econômico. Em relação ao eixo Campinas-Ribeirão Preto, essa região não foi dotada de estradas, institutos de pesquisa, ferrovias, comércio, casas bancárias, armazéns, entre outros, produzindo baixos níveis de investimentos, sem o que não ocorreram mudanças significativas na dinâmica da economia regional.

A inserção periférica condicionou um tipo de desenvolvimento regional, centrado na alternância de lavouras e criações. Determinados estímulos exógenos, para atender a crescimentos conjunturais da demanda por um produto, ampliaram a área regional de lavouras. Esse fato, associado ao restabelecimento do equilíbrio, vem acompanhado de posterior redução dramática

dos níveis de preço e, em decorrência, queda da área plantada. No sudoeste paulista isso ocorreu com algodão, feijão, milho e outros cereais, com efeitos dramáticos na renda e no emprego. Essa falta de estabilidade no processo de acumulação não produz um processo sustentado de investimento que promova o desenvolvimento.

No ciclo do algodão foram montadas algodozeiras e toda uma infra-estrutura de produção de algodão em pluma para abastecer a agroindústria têxtil baseada em Sorocaba. No momento seguinte, desmontou-se a produção de pluma (e as algodozeiras) e, posteriormente, a própria agroindústria têxtil sorocabana. No final dos anos 50s, em função do Plano de Metas Juscelino Kubitschek (JK), dentro da prioridade de expansão da triticultura, para substituir importações, construíram-se moinhos de trigo e expandiram-se os plantios. Logo, no período seguinte, o trigo quase desapareceu e os moinhos viraram sucata. No início dos anos 60s expandiu-se a cultura do feijão e com ela a infra-estrutura rodoviária, pois a pressão da demanda urbana por alimentos deu suporte ao primeiro ciclo sustentado de desenvolvimento regional, ainda que não tivesse atingido dinamismo capaz de reduzir a distância do sudoeste paulista, em relação às demais regiões do estado.

O sudoeste paulista, em que pese as transformações recentes derivadas da lavoura capitalista de feijão, constituiu-se numa ampla região estadual onde os indicadores econômicos postam-se dentre os mais baixos no estado e no Brasil e os dados sociais revelam uma realidade dramática. Ainda que a denominada depressão periférica seja caracterizada por solos fracos, essa condição natural, não explica a sua agropecuária, pois, mesmo nas faixas de latossolo roxo, os índices de produtividade observados deixam a desejar. Também conhecida como a bacia hidrográfica do Alto Paranapanema, por ser cortada no sentido leste-oeste pela hidrografia que forma e deságua no referido rio, essa região mostra-se com vários microclimas que podem vir a compor

¹Engenheiro Agrônomo, Doutor, Coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA).

²Economista, Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA).

uma potencialidade de diversificação produtiva, incluindo, além disso, uma enorme disparidade econômica e social interna.

A delimitação do sudoeste paulista, para efeito desta análise, corresponde à margem esquerda do Rio Paranapanema no espaço da bacia hidrográfica denominada Alto Paranapanema, composta dos seguintes municípios: Timburi, Sarutaiá, Tejupá, Piraju, Fartura, Taguaí, Taquaritiba, Itaí, Barão de Antonina, Itaporanga, Coronel Macedo, Riversul, Itararé, Itaberá, Bom Sucesso de Itararé, Ribeirão Branco, Nova Campina, Guapiara, Itapeva, Taquarivaí, Capão Bonito, Buri, Ribeirão Grande, São Miguel Arcanjo, Pilar do Sul, Itapetininga, Campina do Monte Alegre, Guaré, Angatuba e Paranapanema. Para essas municipalidades, destacam-se, a seguir, o Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IMDH) e o Índice de Gini, procurando com esses indicadores caracterizá-las quanto ao padrão agrário e nível de desenvolvimento.

O indicador de desenvolvimento humano apresenta essa região como uma das mais carentes do território estadual. Tomando os 30 municípios considerados na abrangência do trabalho, verifica-se que 24 deles estão classificados dentre os 200 mais pobres do Estado de São Paulo (Tabela 1). Essa constatação, por si mesma, revela a necessidade estratégica de desenvolver um plano de desenvolvimento regional compatível com resgate dessa situação de exclusão social. As transformações econômicas, consistentes com essa estratégia de colocar a região no mesmo patamar de desenvolvimento das mais dinâmicas no contexto estadual, exigem a formulação de projetos de expansão produtiva, impulsionadores da construção de vantagens competitivas sustentáveis.

É importante salientar que dentro do próprio sudoeste paulista ocorre uma significativa disparidade entre os municípios. Dois deles, o de Itapetininga, situado no extremo-leste regional, e o de Piraju, localizado ao norte, apresentam IMDHs superiores a 0,8000, o que significa posstar-se entre as 200 municipalidades de melhor nível de vida do Estado de São Paulo. Por outro lado, dois municípios, o de Tejupá encravado no norte regional e o de Ribeirão Branco, no sul, mostram IMDHs inferiores a 0,6000, portanto, incluídos dentre os 25 com pior nível de vida no contexto estadual. Os demais municípios concentram-se entre os mais pobres do estado, com

IMDHs que variam de 0,6000 a 0,8000, concentrando-se na faixa entre 0,6000 e 0,7000 com 18 municípios. Esses dados caracterizam uma disparidade interna ao sudoeste paulista que deve ser considerada na formulação de um projeto de desenvolvimento, cujo pressuposto seja o da redução de diferenças inter-regionais.

No geral, além de diferenças inter-municipais importantes, um projeto de desenvolvimento regional para dar conta do objetivo de colocar o sudoeste paulista no centro de um movimento dinâmico de geração de renda e de oportunidades de trabalho deve basear-se em outros indicadores de iniquidades para enfrentar o desafio de transformação da realidade. Nesse sentido, o agronegócio configura-se como segmento econômico prioritário, dada sua absoluta prevalência na economia regional, ainda que em municípios como Itapeva, a atividade mineradora e industrial, associada a essa exploração, seja relevante. Para todo espaço regional, entretanto, todas as alternativas estão inseridas nas cadeias de produção do agronegócio.

Outro indicador relevante de desigualdade a ser considerado é o Índice de Gini, medidor da disparidade da distribuição da propriedade fundiária. No geral da região sudoeste paulista, verifica-se que 17 dos 30 municípios apresentam indicadores maiores que 0,7000, consubstanciando uma realidade de elevada concentração fundiária para a maioria da região (Tabela 2). Na outra ponta, quatro municípios detêm índices de Gini inferiores a 0,6000, indicação de maior equidade distributiva da terra. No geral, o que se denota é a existência de grandes propriedades na maioria dos municípios, embora seja expressivo o número absoluto de pequenas propriedades.

A histórica rotação entre lavouras e pecuária explica em muito essa realidade de concentração fundiária, podendo ser verificada a hipótese de que os municípios que apresentam menores índices de Gini são aqueles onde as pequenas propriedades tiveram melhores condições de sobrevivência aos altos e baixos dos ciclos das lavouras. Entretanto, também é nítido que, nos processos de expansão das pastagens em substituição às lavouras, as áreas agregadas à pecuária o fazem, quase sempre, de forma irreversível. A perenização de uma estrutura de lavouras consistente representa um caminho fundamental para o menor ímpeto da concentração fundiária.

TABELA 1 - Índices Municipais de Desenvolvimento Humano (IMDH), Região Sudoeste Paulista, 1996

Município	Posição estadual	IDH
Piraju	152	0,8433
Itapetininga	166	0,8390
Fartura	382	0,7511
Itapeva	394	0,7451
Angatuba	397	0,7435
Itaí	402	0,7408
Taquarituba	435	0,7317
Itararé	469	0,7199
Taguaí	471	0,7195
Pilar do Sul	504	0,7031
Campina do Monte Alegre	520	0,6979
Paranapanema	518	0,6979
São Miguel Arcanjo	537	0,6933
Itaberá	543	0,6906
Capão Bonito	549	0,6876
Barão de Antonina	572	0,6751
Timburi	581	0,6654
Itaporanga	584	0,6640
Guareí	586	0,6626
Buri	592	0,6540
Taquarivaí	593	0,6535
Bom Sucesso de Itararé	599	0,6445
Coronel Macedo	604	0,6400
Nova Campina	607	0,6317
Ribeirão Grande	609	0,6282
Sarutaiá	612	0,6225
Riversul	615	0,6195
Guapiara	618	0,6024
Tejupá	621	0,5853
Ribeirão Branco	622	0,5843

Fonte: FAO.

TABELA 2 - Índices de Gini, Municípios do Sudoeste Paulista, 1996

Município	GINI
Itararé	0,8359
Itapetininga	0,7987
Capão Bonito	0,7987
Angatuba	0,7937
Campina do Monte Alegre	0,7933
Nova Campina	0,7909
Taquarivaí	0,7882
São Miguel Arcanjo	0,7875
Itapeva	0,7729
Paranapanema	0,7482
Guareí	0,7393
Timburi	0,7340
Itaí	0,7267
Ribeirão Branco	0,7234
Ribeirão Grande	0,7228
Itaberá	0,7159
Buri	0,7113
Tejupá	0,6809
Coronel Macedo	0,6740
Riversul	0,6688
Piraju	0,6550
Taquarituba	0,6475
Fartura	0,6336
Guapiara	0,6322
Taguaí	0,6282
Sarutaiá	0,6165
Pilar do Sul	0,5847
Itaporanga	0,5842
Barão de Antonina	0,5611
Bom Sucesso de Itararé	0,5449

Fonte: IEA/APTA.

Também é fundamental destacar que a composição de culturas em termos de lavouras predominantes consiste num importante determinante do processo de concentração da propriedade da terra. Dessa forma, as culturas de grãos e fibras, desde os anos 70s, indicam progressivos ganhos de escala com o processo de modernização produtiva, o que, por seu turno, estimula a concentração fundiária ao colocar em xeque a rentabilidade da pequena propriedade. Nesse sentido, mais que a perenização dos ciclos de lavouras, esticando seus períodos de auge, deve-se promover mudanças na composição de culturas no sentido da expansão de lavouras, cuja produção não esteja submetida a constrangimentos de maior escala, como as frutas de mesa.

Outro aspecto a ser aprofundado consiste na verificação da inexistência de relação direta entre concentração fundiária, a medida pelo Índice de Gini, e o Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IMDH). As explicações devem ser buscadas no fato já aludido de composição da área agrícola, na prevalência da pecuária versus lavouras e no perfil das lavouras. Um diagnóstico aprofundado da realidade regional permitirá uma melhor compreensão da essência determinante da composição desses índices, em função da especificidade municipal ou intramunicipal. Em sendo assim, mais que propor uma alternativa de desenvolvimento econômico no vazio, há que ser buscada uma proposta que consolide um processo distribuidor de renda, ao mesmo tempo em que alavanca riqueza e gera oportunidades de trabalho.

2 - CADEIA DE PRODUÇÃO DE FRUTAS FRESCAS E AS POTENCIALIDADES DO SUDOESTE PAULISTA

A cadeia de produção de frutas frescas difere das cadeias de produção de *commodities*, em razão das distintas configurações de produção e logística. O que se conhece como estrutura do agronegócio brasileiro, considerada competitiva no mercado internacional, está inexoravelmente associada à produção de bens intermediários transacionados em grande volume em todo o mundo. O açúcar, primeira atividade econômica nacional, representa um ingrediente de vários produtos finais, em especial da indústria de doces e confeitos. O café brasileiro sempre foi vendido

como um bem intermediário a ser reprocessado no país de destino, entrando como a parte não diferenciada de uma mistura final em que o aroma (qualidade) deriva do café colombiano. O suco de laranja concentrado e congelado segue a mesma característica, a de fazer parte de um produto final no qual a diferenciação qualitativa é acrescentada por produtos de outras procedências. Assim, não apenas nem todo o valor é agregado dentro do território brasileiro (e também a geração de postos de trabalho) como a estrutura de lavoura determinada por esse perfil de cadeia de produção estão associados à escala, ou seja, produção em grandes volumes.

Nas lavouras produtoras de bens intermediários para as cadeias de produção citadas, e que representam as mais importantes da agropecuária brasileira junto com o complexo de grãos e fibras (soja), a característica fundamental do processo produtivo é a mecanização quase integral das práticas culturais. O preparo do solo, a semeadura, os tratos culturais e, mais recentemente, a colheita, com o processo de modernização, passaram a ser executadas com máquinas, os tratores e as colhedoras, gerando economias de escala e, com isso, um aumento da área média de lavouras. No Brasil onde, diferentemente da Austrália e Estados Unidos, existem firmas especializadas em prestação de serviços de mecanização terceirizados para lavouras, que tornaria esse capital fixo exógeno à propriedade rural. Ademais, ainda que sejam exigidos padrões de qualidade para os produtos primários (matérias-primas), como se destinam a transformação pela agroindústria processadora, na qual são gerados bens intermediários indiferenciados, qualquer produto em volume adequado acaba sendo ofertado como *commodity*. A diferenciação pela qualidade acaba sendo atributo do elo posterior da cadeia de produção, como exemplo, a indústria de alimentos e a de tecelagem e vestuário.

Outro aspecto está na escolha do material genético que tem a máxima produtividade em volumes com vista a uma qualidade padrão, pois a uniformidade é um requisito importante na seleção da matéria-prima a ser processada, condicionando o rendimento agroindustrial. Assim, uma *commodity* não tem como pré-requisito diferenciações de qualidade, mesmo que para melhor, quando não generalizada, produz problemas de rendimento industrial pela desuniformidade da matéria-prima que afeta a regulação dos equi-

pamentos e o andamento do processo de fabricação. Daí que a produção em grandes volumes homogêneos leva vantagem no caso das *commodities*, dada a preponderância da escala na definição da competitividade. Nas frutas frescas, bem como em todos os produtos perecíveis para consumo *in natura*, sem processamento agroindustrial ou mesmo culinário (forno e fogão), as condicionantes estruturais são radicalmente distintas. Tendo como paradigma as lavouras americanas, significa visualizar a distinção entre os *belts* de grãos e fibras do Texas (ou os citros para sucos da Flórida) e os pomares da Califórnia.

Nas frutas frescas é possível pensar-se em diferenciação pela qualidade em cada propriedade individual, pois nega-se a idéia de uniformização pela média ao buscar-se ganhos de qualidade superior certificada. Essa lógica rompe com o conceito de processo de produção contínua pela automação ou mecanização de tarefas repetitivas. Ainda que equipamentos e máquinas possam ser agregados e contribuam para a maior produtividade do trabalho e melhoria de qualidade, o limite dessa tecnologia é dado pela busca de maior qualidade intrínseca e extrínseca da fruta. A qualidade intrínseca de uma fruta começa a ser definida na escolha da variedade, tanto da copa como do porta-enxerto, pois, uma vez plantada, não há como modificar as características de coloração, tamanho, sabor e praticidade. Mais ainda, uma muda de fruteira leva alguns anos para entrar em plena produção e tem um ciclo produtivo em torno de no mínimo meia década, com o que a decisão de plantar pomares corresponde a uma decisão de investimento que não pode ser alterada anualmente sem perdas palpáveis.

Os pomares de frutas de mesa ao produzirem um produto de qualidade superior e de alto valor agregado tornam competitivos empreendimentos de propriedades familiares em plantios adensados (maior densidade de plantas por unidade de área), obtendo elevada produtividade. A diferenciação pela qualidade faz de cada planta um capital fixo a ser preservado pela manutenção de suas potencialidades produtivas e, com isso, os pomares de frutas frescas são atividades intensivas em mão-de-obra. Além disso, a escala dessa cadeia de produção não é determinada nas lavouras, mas sim nos *packing houses* e demais elos do pós-colheita, principalmente pela fidelidade de mercado, fundamental para o sucesso de empreendimentos com perecíveis.

No Brasil, essa configuração da cadeia de produção de frutas frescas não está plenamente desenvolvida. A uva do Vale do São Francisco, a maçã catarinense e o mamão capixaba são experiências exitosas que, entretanto, são minoritárias na fruticultura brasileira. No geral, prevalece uma visão de fruticultura como uma lavoura normal, encarada com o mesmo padrão dos grãos e fibras. A maior atividade da fruticultura brasileira é, sem dúvida, a agroindústria de sucos cítricos paulista, que gera anualmente cerca de US\$1,1 bilhão em receitas cambiais, a partir de cerca de 17 milhões de frutas destinadas a sucos cítricos. O maior exportador mundial de cítricos é a Espanha que, com base numa produção de cerca de 2 milhões de toneladas, obtém anualmente em torno de US\$1,9 bilhões, com vendas de laranjas e tangerinas. Esses grandes números permitem uma diferenciação objetiva entre as cadeias de produção de *commodities* e as de frutas frescas, sendo exatamente o que ocorre entre a Flórida e a Califórnia com o mesmo produto primário.

No sudoeste paulista são elevadas as possibilidades de sucesso da produção de frutas frescas, pela estruturação de uma cadeia de produção com alta produtividade e qualidade superior, com uma imensa base de geração de renda e de oferta de oportunidades de trabalho, além de uma forte fruticultura familiar. A diversidade de clima e de solos viabiliza uma cesta de frutas que pode incluir num pólo integrado o pêssego, a uva de mesa, o citros de mesa, a maçã e até mesmo a banana, tendo no conjunto uma tremenda vantagem comparativa de propiciar a obtenção numa só zona de produção das quatro frutas básicas do padrão internacional: banana, laranja, maçã e uva. Com isso, pode-se consolidar um processo de transformação estrutural e de resgate da exclusão social, construindo vantagens competitivas sustentáveis, como alicerce do desenvolvimento econômico e social.

3 - DESENVOLVIMENTO LOCAL E FRUTICULTURA FAMILIAR: ELEMENTOS DE UM MODELO NÃO EXCLUDENTE

As questões cruciais para um processo de desenvolvimento local, calcado na fruticultura familiar, estão na definição do perfil da estrutura produtiva almejada e no mecanismo de coordenação vertical. A inserção competitiva num deter-

minado padrão produtivo se dá pela ponta na inovação tecnológica, ou seja, há que se implantar a produção e logística com base nos elementos definidores do dinamismo da expansão produtiva. Em função disso, a internalização da moderna cadeia de produção de frutas de mesa não pode ser reduzida à mera irradiação de pomares, mas de todo um complexo de serviços de alta tecnologia, do pomar à mesa do consumidor. A determinação da competitividade das frutas frescas relaciona-se com a qualidade da cesta de produtos e com os níveis dos custos de produção e dos custos de transação. A profissionalização da produção, colhendo qualidade nos pomares, é um determinante que exige uma ampla qualificação do fruticultor e familiares, num processo de educação tecnológica que amplie a interação homem-natureza (planta) e leve à apreensão das condicionantes da qualidade intrínseca e extrínseca da fruta. Em grandes pomares, há que se produzir uma relação com o capital intelectual condutor das tarefas, diferente dos mecanismos tradicionais da grande lavoura mecanizada. A colheita da melhor qualidade com menores custos de produção implica o domínio da fisiologia da planta e da fruta, na administração de podas e irrigação, dentre outros elementos agrônômicos que exigem um processo intenso de capacitação contínua dos fruticultores, além da interlocução periódica com as instituições de pesquisa fornecedoras da base tecnológica.

No grande pomar, associado a uma grande *trade company* de frutas frescas, com os ganhos em escala de alguns profissionais qualificados, movimenta-se uma imensa máquina produtora de qualidade a custos de produção competitivos. Numa estrutura de produção familiar pulverizada, ainda que regionalmente concentrada, esse papel cabe essencialmente aos especialistas da rede pública de pesquisa e desenvolvimento. Um aspecto essencial no agromercado de frutas frescas está na crescente diferenciação de produtos por características associadas a vantagens de origem, permitindo operar com marcas próprias. As barreiras não tarifárias, em especial as fitossanitárias e de controle de resíduos de agroquímicos, acabam definindo o sucesso de pólos frutícolas, em função da credibilidade de seus sistemas de certificação de qualidade. As grandes empresas acabam conferindo essa garantia nos grandes mercados importadores, operando em escala mundial com marcas próprias.

Nas estruturas da produção familiar, mais uma vez cabe ao Poder Público definir padrões e harmonizar interesses que levem à constituição de um sistema privado de certificação da qualidade, auditado pela estrutura pública.

No caso da construção da moderna produção e logística de frutas de mesa no sudoeste paulista, há que se considerar, ainda, que o simples estímulo à implantação dessas cadeias de produção, realizada com base nos tradicionais mecanismos de ajuste “pelas forças do mercado” do subsídio ao crédito para investimento, levará a resultados altamente regressivos, amplificando a exclusão social. Esse aprofundamento das disparidades manteria à margem dos benefícios do desenvolvimento a grande massa da população regional. Outro aspecto corresponde ao fato de que a produção pode realizar expansão e não aparecerem compradores, como os plantios de acerola em muitas regiões, produzida em profusão, mas sem opções de comercialização. Noutras palavras, a construção do desenvolvimento regional sustentável exige mais que políticas de estímulo à fruticultura, nas quais a criação do pólo frutícola seria realizada com base em elementos exógenos. Ocorreria a elevação da renda e do emprego para agentes econômicos, em especial agricultores, distintos dos atualmente presentes na região, ou beneficiaria alguns poucos deles. Isso porque, dada sua realidade atual, a imensa maioria dos lavradores do sudoeste paulista exige ações públicas que forneçam os elementos capazes de dotá-los da condição de se expressarem de forma produtiva na fruticultura familiar competitiva frente aos padrões internacionais.

Assim, tendo em vista a diferenciação patente na estrutura produtiva regional do sudoeste paulista, não basta apenas desenhar medidas de políticas de sustentação da expansão das frutas frescas. Mais que isso, trata-se de compreender essa diferenciação, caracterizando os distintos perfis de proprietários familiares e construir para cada perfil ações específicas com capacidade de funcionarem como redutoras das iniquidades. A percepção de uma realidade desigual deve romper com a simples constatação da sua ocorrência para a montagem de políticas públicas diferenciadas que, exatamente por tratar a desigualdade como ela se apresenta, crie a perspectiva de sua redução. Os distintos perfis de agricultores familiares respondem a diferentes estímulos, caso contrário o conceito de agricultor

familiar configura uma abstração de cunho genérico, um caleidoscópio de situações desconexas que pouco contribui para alterar o estado das coisas, que se mostra dramaticamente desigual. Daí a necessidade de se construir uma concepção de pólo de frutas frescas para o sudoeste paulista dentro da perspectiva da viabilidade da produção familiar de frutas em cultivos adensados de alta produtividade e qualidade superior, tratando os diferentes tais como o são, diferentes, e que injustamente não podem ser objeto de propostas superficialmente genéricas, que aprofundariam iniquidades.

A construção de um projeto de pólo de frutas frescas visa magnificar os elementos detectáveis na realidade que permitem alicerçar um processo de desenvolvimento regional sustentável. Trata-se, portanto, de ir além do que desenhar um plano de investimento, concretizando medidas de atração a inversões privadas com a demonstração das elevadas taxas de retorno e da rentabilidade dos empreendimentos. *Mutatis mutandi*, o transplante das condições de investimento privado, apregoadas para a fruta do Vale do São Francisco, para a realidade do sudoeste paulista, conformaria uma expectativa de taxas de retorno muito mais elevadas e produziria efeitos econômicos e sociais muito superiores. Porém criaria ilhas de excelência que pouco contribuiria para o resgate da miséria da imensa massa de agricultores que seriam, ao contrário, desalojados das terras para ocuparem posições secundárias nas cadeias de produção e logística e elevaria a renda fundiária, enriquecendo os grandes pecuaristas, pelo aumento do preço da terra, com o mercado de terras alavancado a subsídios e outros estímulos.

Na procura de alternativa menos regressiva de desenvolvimento regional com base no agronegócio familiar de frutas frescas, há que se equacionar as pré-condições de seu sucesso. Há que ser dado um passo além do diagnóstico e da conclusão da viabilidade da fruticultura familiar, criando uma proposta de intervenção estatal com base numa visão multidisciplinar para a globalidade da cadeia de produção que interfira na dinâmica perversa do aprofundamento das iniquidades. E nessa ótica, não há como fugir à definição dos mecanismos de coordenação vertical, capazes de conferir custos de transação reduzidos aos produtos competitivos em termos de custos de produção e qualidade. A fruta fresca se

mostra competitiva na gôndola dos supermercados, não sendo possível pensar a expansão de perecíveis sem desenhar e construir uma logística adequada. Na discussão da fruticultura brasileira, na maioria das vezes, o caso chileno é apresentado como paradigmático, sem ter em conta alguns elementos determinantes da competitividade da fruta daquele país andino. Além da complementaridade de safra com o Hemisfério Norte, em especial com a norte-americana, há que se ter clara a presença no Chile das grandes *trade companies* que dominam as transações internacionais de frutas. Pode-se mesmo falar em produção mundializada de frutas no Chile como extensão do domínio no mercado internacional de empresas, como a Dolly Foods e United Brands (antiga United Fruit). Não há como dissociá-las da expansão da fruticultura chilena. E os pomares são de lavradores chilenos que se apropriam de algo em torno de 10% a 12% da renda gerada pelo complexo produtivo.

Em linhas gerais, há dois modelos de mecanismos de coordenação vertical nas zonas frutícolas competitivas no contexto das transações internacionais de frutas frescas. O mais difundido deles corresponde à internacionalização dos tentáculos das grandes *trade companies* que dominam mais de 80% das transações mundiais, operando com frutas de várias procedências, com uma cesta diversificada de produtos em função dos diferentes mercados, mas calcada fundamentalmente nas quatro frutas básicas: banana, citros de mesa (tangerina e laranja para chupar), maçã e uva que podem ser ofertadas em condições competitivas pelo sudoeste paulista. As *trade frutícolas* operam com contratação direta de produção própria ou por meio da compra em consignação de frutas de terceiros, sustentadas nas suas consistentes estruturas de coleta, transporte, armazenagem e redes de distribuição. Outro modelo consiste na organização interna de *boards* de fruticultores, para operarem diretamente em alguns mercados preferenciais, ou para realizarem transações em bloco com as *trade companies*, quando o destino é o mercado externo, ou ainda com as centrais de compras dos supermercados, quando o objetivo é o mercado interno. A qualidade certificada, associada à personificação de vantagens de origem, associada à diferenciação pela adoção de marcas próprias com alta credibilidade, revela-se uma condicionante essencial para o sucesso, porém qual-

quer que seja a propositura de se organizar a fruticultura familiar, não há como fazê-la sem organizar no mesmo processo um competente mecanismo de coordenação vertical; caso contrário, haverá produção acompanhada de frustração.

4 - COMENTÁRIOS FINAIS

A realidade do sudoeste paulista tem, **para as frutas de mesa, potencialidades significativas, podendo-se verificar expressivas vantagens comparativas, as quais, com políticas públicas adequadas, poderão ser convertidas em vantagens competitivas sustentáveis, com base na produção familiar.** Nas condições regionais, estão postas experiências minoritárias, que adequadamente estimuladas e inseridas num movimento maior de desenvolvimento dessa cadeia de produção de perecíveis, com suporte na alta produtividade e elevada qualidade, tornar-se-iam importantes bases irradiadoras de riqueza. O paradigma da estruturação de um pólo responde à necessidade de se garantir eficiên-

cias de escala, que justifiquem e tornem rentável esse empreendimento que só pode ser concebido dentro da ótica macrorregional, pela compatibilização de especificidades.

Desse modo, mais que desenhar um projeto de estruturação de um pólo de produção familiar de frutas frescas para o sudoeste paulista, há que se organizar uma agenda para as políticas públicas e uma pauta para que as instituições envolvidas atuem regionalmente, condição determinante para que a promessa das vantagens comparativas se tornem realidade enquanto fruticultura familiar competitiva. **Caso contrário o desenvolvimento da região não conformará um resgate da realidade regional, mas na mudança reforçando as disparidades estruturais e, com isso, a exclusão produtiva e social em nome da qual se tem justificado as intervenções governamentais. Não se deve esquecer que o desenvolvimento capitalista já encerra em si mesmo o acirramento de contradições, gerando conflitos que, se acerbados, produzem violências de todas as matizes na ordem social e econômica.**